

Nº: 3 Pág: 638^o
Data: 3 F.D.: 3



CÂMARA MUNICIPAL
COIMBRA

[Signature]
DAG
GABINETE DE CONTRATOS
Está conforme o original que conferi.
Coimbra, 09/09/2016
[Signature]

CONTRATO DE EMPREITADA - "DANOS PROVOCADOS NAS INFRAESTRUTURAS DO MUNICÍPIO DE COIMBRA NOS EVENTOS METEOROLÓGICOS DE 2016 - CONSTRUÇÃO DE MUROS E OBRAS COMPLEMENTARES"

(Contrato 08/2018)

Entre:

Município de Coimbra, com o NIPC 506415082, representado pelo Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, **Manuel Augusto Soares Machado**, no uso da competência conferida pela alínea a) do n.º 1 e pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

E

"Construcenro-Construções Civis do Centro Ld." com sede em Coimbra na Rua do Valouro, Armazém B, Eiras, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra, sob o número/ N.I.P.C. 500911622, com o capital social de seiscentos mil euros, representada por **Rui Manuel Ribeiro Batista**, residente na

portador do cartão de cidadão (Portugal) n.º 1 e **Guilherme Manuel**

Galvão Peralta, residente na portador

do cartão de cidadão (Portugal) n.º na qualidade

de gerentes, com poderes para este ato, conforme certidão permanente do registo comercial, arquivada junto ao processo.

A sociedade é titular do alvará de empreiteiro de obras públicas n.º 1703-PUB.

É celebrado o presente contrato nos termos e condições seguintes:

S
J

F

Cláusula Primeira

Do Procedimento

1.1. - Por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra, n.º 3055/2017 de 24 de julho de 2017, tendo por base a informação n.º 27272/2017 de 19 do mesmo mês, da Divisão de Infraestruturas, Espaço Público e Trânsito, procedeu-se à abertura de um concurso público, ao abrigo do disposto na alínea b) do art.º 19.º do Código dos Contratos Públicos.

1.2. – Por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra, n.º 3143/2017 de 28 de agosto de 2017, foi aprovada a retificação do preço base da presente empreitada, nos termos da informação n.º 31037/2017 de 21.08.2017 da Divisão de Infraestruturas, Espaço Público e Trânsito e despacho do Presidente da Câmara Municipal.

1.3. – O procedimento concursal foi publicado no Diário da República II Série n.º 177 de 13 de setembro de 2017.

1.4. – Durante o período previsto para o efeito, foi solicitado por um dos interessados esclarecimentos, os quais foram prestados pelo júri do procedimento e publicados na plataforma eletrónica de contratação pública.

1.5. – Por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra, n.º 26/2017 de 13 de novembro de 2017, foi ratificado o despacho do Presidente da Câmara Municipal, que aprovou a não-aceitação às listas de erros e omissões apresentadas em 02.10.2017, pelas sociedades Engiperfil, Ld.^a e Construcentro-Construções Civis do Centro Ld.^a, e publicitado em 01 de abril de 2017, na plataforma eletrónica de contratação pública.



(Signature)

1.6. - Por deliberação da Câmara Municipal de Coimbra, n.º 93/2017 de 11 de dezembro de 2017, foi ratificado o despacho do Presidente da Câmara Municipal de 06.12.2017, com fundamento na informação n.º 43858 de 06.12.2017 do júri do procedimento, e aprovada a adjudicação da empreitada, objeto deste contrato, à sociedade *supra* identificada.

1.7. - Por despacho do Presidente da Câmara Municipal, de 08 fevereiro de 2018, do qual foi dado conhecimento por deliberação de 19 do mesmo mês, foi aprovada a minuta do presente contrato, nos termos n.º 1 do art.º 98.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro e aceite pelo adjudicatário.

Cláusula segunda

Objeto do Contrato

2.1. - O presente contrato tem por objeto a empreitada designada por “**Danos provocados nas infraestruturas do Município de Coimbra nos eventos meteorológicos de 2016 – construção de muros e obras complementares**”, a executar nos termos da proposta e lista de preços unitários, apresentada pela sociedade adjudicatária, com a referência 17105 de 03.11.2017 (16:47:01).

2.2. - O presente contrato reger-se-á, ainda, pelo programa de concurso, caderno de encargos, proposta e demais documentos complementares que fazem parte integrante deste contrato.

Cláusula terceira

Preço

3.1. - A adjudicação é feita pelo valor de **cento e sessenta e cinco mil novecentos e noventa e oito euros e oitenta e dois centimos**, valor da referida proposta e lista de preços unitários.

(Assinatura)

A

3.2. - Aquele preço será acrescido o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor (seis por cento) que se traduz na importância de nove mil novecentos e cinquenta e nove euros e noventa e três cêntimos, sendo o encargo total **de cento e setenta e cinco mil novecentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos.**

Cláusula quarta

Forma de Pagamento

- O pagamento a efetuar tem uma periodicidade mensal, sendo o seu montante formalizado por auto de **medição** com a devida observância do disposto nas cláusulas 26^a e 32^a do respetivo caderno de encargos.

Cláusula quinta

Revisão de preços

- A revisão dos preços contratuais será feita por **fórmula**, nos termos da cláusula 37^a do caderno de encargos.

Cláusula sexta

Prazo de execução

- A presente empreitada tem o prazo de **cento e oitenta dias** (contínuos, correndo aos sábados, domingos e dias feriados), contados a partir da data do auto de consignação de trabalhos, que será lavrado após a assinatura deste contrato, ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior, sem prejuízo do plano de trabalhos aprovado, em conformidade com o disposto nas cláusulas 10^a e 55^a do caderno de encargos.

Cláusula sétima

Casos omissos



(Handwritten signature)

----- - Ao presente contrato será aplicado subsidiariamente o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, e demais legislação aplicável.

----- **Cláusula oitava** -----

----- **Foro competente** -----

----- - Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

----- **Cláusula nona** -----

----- **Caução** -----

----- - A caução prestada para o exato e pontual cumprimento das obrigações decorrentes deste contrato é constituída pela guia de depósito com a nota de lançamento n.º 356086958080, no valor de oito mil duzentos e noventa e nove euros e noventa e quatro cêntimos, efetuada pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira, C.R.L., em 22 de dezembro de 2017, arquivada cópia junto ao processo e remetido, para arquivo, o original à Divisão de Contabilidade e Finanças – Departamento Financeiro e de Inovação Organizacional desta Câmara Municipal.

----- **Cláusula décima** -----

----- **Cabimento** -----

----- - Informação de cabimento n.º 560/2017 prestada pela Divisão de Contabilidade e Finanças da Câmara Municipal em 15.01.2018, donde consta que relativamente ao contrato em apreço no Orçamento para o ano dois mil e dezoito, a despesa tem cabimento pela rubrica orçamental 03/07010413;

----- - com o orçamento corrigido de quatro milhões quatrocentos e vinte e cinco mil novecentos e trinta e dois euros;



_____ - com o saldo disponível de quatro milhões quatrocentos e vinte mil seiscentos e vinte e sete euros e seis cêntimos; _____

_____ - ficando cativa a despesa emergente de cento e setenta e cinco mil novecentos e cinquenta e oito euros e setenta e cinco cêntimos. _____

_____ - O compromisso relativo à presente despesa foi registado no Sistema de Contabilidade Autárquica com o número sequencial 28201. _____

_____ Ficam ainda arquivados junto ao processo os seguintes documentos:--

- _____ a) Alvará de empreiteiro de obras públicas; _____
- _____ b) Deliberações mencionadas na cláusula primeira; _____
- _____ c) Minuta do presente contrato aprovada pela Câmara Municipal e aceite pelo adjudicatário; _____
- _____ d) Proposta do adjudicatário; _____
- _____ e) Programa de concurso e caderno de encargos; _____
- _____ f) Informação de cabimento e compromisso; _____
- _____ g) Declaração da sociedade, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 81.º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro; _____
- _____ h) Registos criminais dos titulares dos titulares da gerência, que comprovam que os mesmos não se encontram nas situações previstas na alínea i) do art. 55.º do mesmo Diploma Legal; _____
- _____ i) Declaração da Segurança Social, emitida em 10.11.2017, donde consta que a sociedade adjudicatária tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social; _____
- _____ j) Certidão passada pelo Serviço de Finanças de Coimbra-2, em 31.01.2018, donde consta que a referida sociedade tem a sua situação tributária



CAMARA MUNICIPAL
COIMBRA

4

regularizada, nos termos ali referidos.

Este contrato vai ser assinado pelos outorgantes que reciprocamente o aceitam, nos preccisos termos exarados.

Paços do Município de Coimbra, 28 de fevereiro de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal

(Manuel Augusto Soares Machado)

Construcentro-Construções Civis do Centro Ld.^a

Rui Manuel Ribeiro Batista

Guilherme Manuel Galvão Peralta

(Rui Manuel Ribeiro Batista)

(Guilherme Manuel Galvão Peralta)

Min.L.V/1436
Estat.L.V/1436
Com.P.M/966
Surv.Ess: DAG (Gabinete de Contratos)

